

**Acta da reunião Ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro realizada em  
24 de Março de 2011**

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Março do ano de dois mil e onze, no edifício dos Paços do Concelho e sala de reuniões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal: o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Vereadores Dr. Luís António de Sousa Teixeira, Dr.<sup>a</sup> Liliana Clementina Machado de Sousa, Dr. António José Ferreira Afonso e Dr. Adelino da Silva Cunha.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a sessão eram dez horas e dez minutos. No início da sessão, procedeu-se à leitura da acta da reunião do dia 10 de Março de dois mil e onze. Feitas e aprovadas algumas alterações a essa acta, foi de seguida colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- No início da sessão e no Período de “Antes da Ordem do Dia”, o Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por solicitar a anuência dos Srs. Vereadores para introduzir na “Ordem do Dia” dois assuntos: Processo de licenciamento da rede de gás no Gerês e projecto de licenciamento de obras de urbanização de um loteamento de seis habitações em nome de Amado dos Anjos Barbosa Aguiar Campos. A inclusão destes pontos foi aceite por unanimidade. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente prestou algumas informações sobre a reunião que decorreu no Município da Ponte da Barca entre os cinco Municípios do PNPG sobre o Plano de Ordenamento do PNPG, no passado dia dez do mês corrente. Na reunião, referiu o Sr. Presidente, foi decidido por unanimidade não concordar e rejeitar o novo Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNG), por não corresponder ao que esteve em discussão nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do referido Plano. Foi ainda decidido solicitar uma reunião com a Sra. Ministra do Ambiente para contestar as medidas tomadas e aprovadas pelo Governo nesse documento e reivindicar um Plano de Ordenamento com alterações significativas quanto ao conceito de residente, às regras para a pesca desportiva, às compensações para as populações inseridas na área do PNPG, à fixação de taxas para várias actividades que envolvam a população local, entre outras. -----

----- Posteriormente, o Sr. Presidente informou que no próximo fim-de-semana, dias vinte e seis e vinte e sete de Março, decorre o “Fim-de-semana Gastronómico” no

Concelho. O Município procedeu à divulgação do evento através de cartazes e de panfletos distribuídos pelos CTT nos Municípios de Braga, Amares, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Terras de Bouro. -----

----- Neste momento, interveio o Sr. Vereador Dr. Adelino Cunha, alertando para a necessidade de actualizar a rede de estradas indicadas no mapa do Concelho divulgada nos panfletos distribuídos. -----

----- Retomou o uso da palavra o Sr. Presidente para dar conhecimento da participação do Município na “Feira de Nanterre – França”, nos dias um, dois e três de Abril. Trata-se de uma Feira de Produtos Locais no ramo da alimentação e, por isso, Terras de Bouro irá estar presente com alguns produtos regionais como o mel, o azeite, os doces e os chás. O transporte dos produtos será efectuado pelo Sr. Paulo Borges, actual Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende, que realiza transportes de mercadorias para o estrangeiro. O Sr. Presidente e os outros três representantes do Município efectuarão a viagem de avião por ser mais económico do que a deslocação numa viatura do Município. O Sr. Presidente informou ainda que o aluguer do “Stand” na Feira custará ao Município 1.700.00 €. -----

----- O Sr. Presidente aproveitou para informar que, no presente ano, a visita da Comitiva de Saint-Arnault ao Concelho, com quem existe uma gemação, está prevista para os dias dez, onze e doze de Junho. -----

----- Terminada a sua intervenção, o Sr. Presidente deu a palavra aos Senhores Vereadores. Usou da palavra a Sra. Vereadora Dra. Liliana Machado, informando que entre os dias cinco e vinte e seis de Abril vai decorrer uma exposição de ovos da Páscoa em frente aos passos do Concelho. É uma iniciativa promovida pela Escola Profissional Amar Terra Verde que conta com trinta e cinco inscrições. -----

----- Em seguida tomou o uso da palavra o Sr. Vereador Dr. António Afonso, referindo ter lido no jornal que o município de Vieira do Minho está com alguns problemas com a construção dos Centros Escolares por ajuste directo. Dada a situação, o Sr. Vereador questionou se o Município de Terras de Bouro realizou alguma obra sem ser por ajuste directo. -----

----- Respondeu de imediato o Sr. Presidente, informando que a situação que se verificou em Vieira do Minho não se aplica a Terras de Bouro, pois embora as obras do Município tenham sido todas efectuadas por ajuste directo, não existe nenhum problema nem com os concursos nem com o Tribunal de Contas, uma vez que não ultrapassam os 150.000,00 €, montante máximo para a adjudicação de obras por ajuste directo. O que

está a acontecer com alguns Municípios é que têm aberto concursos públicos de urgência por ajuste directo acima dos 150.000,00 € e o Tribunal de Contas está a rejeitar a justificação apresentada pelos Municípios para as “obras consideradas urgentes”. Segundo o Tribunal de Contas, a construção de um Centro Escolar, por exemplo, não é considerada uma obra de “carácter urgente”, e uma vez que o seu custo ultrapassa os 150.000,00 €, não se pode realizar por ajuste directo e, por isso, tem recusado a aprovação dessas obras. -----

----- Terminado o período de “Antes da Ordem do Dia”, entrou-se na discussão dos pontos que constam na “Ordem de Trabalhos”, sendo deliberado que os mesmos fossem de imediato aprovados em minuta que a seguir se transcreve, na íntegra, nos termos no nº.3 do Artigo 92º. da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, para que se possam produzir de imediato os efeitos legais.-----

(Segue-se a transcrição da minuta)

----- Sendo 13 horas e 15 minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----